

**NOVO**

**Prestação de  
contas**

**Trimestre Novembro 2025 - Janeiro 2026**

**Adriana Ventura**  
deputada federal



## Destques do Trimestre

Novembro focou na transparência: Audiência de Itaipu contra as altas tarifas de luz. Seguimos com os “Vídeos Diamante” para humanizar o nosso mandato e trazer fatos curiosos para os eleitores.

Protocoliei a PEC do Código de Ética do Judiciário e **sigio firme na CPMI do INSS**. O NOVO mantém posição clara: contra a taxaço de streamings e qualquer novo imposto deste desgoverno. Prorrogamos o prazo para o edital de emendas. Aqui a seleço é feita por um grupo técnico, capaz e 100% transparente.

Diferente do que dizem, nossa atuação é independente; ouvi Onyx Lorenzoni sobre a Previdência, pois meu compromisso é com o povo, não com políticos de estimaço. Rejeito

pautas populistas, como a falácia da isenção do IR para quem ganha até 5k.

Na educação, visitei a Favela de Marte e celebrei o Dia da Alfabetização: **prioridade máxima na educação e nos alunos, sem ideologias**. Defendi a privatização dos Correios e o PL Antifacção.

No Dia do Empreendedorismo Feminino, reafirmei meu apoio à liberdade para crescer. Sigo firme contra os absurdos que descobrimos durante a CPMI. Os R\$ 3,5 bilhões arrancados de aposentados pela CONTAG e o escândalo do Lulinha com o “careca do INSS”.

Recebi o prêmio de Excelência Parlamentar 2025 do Ranking dos Políticos, esse reconhecimento não é sobre mim. É sobre trabalho sério e compromisso real com quem confia no meu mandato.

Escândalo Banco Master. Por que o Ministro Toffoli deveria ser afastado do caso? Meu posicionamento é muito claro, não dá para aceitar que um ministro do STF julgue um caso em que tenha QUALQUER tipo de relação ou envolvimento direto.

Como evitar o conflito de interesses no STF?  
**Assinem a PEC do Código de Ética do Judiciário!**

**Filie-se ao Partido NOVO, e vamos juntos mudar o Brasil.**

# Sessões de Plenário



**100%**  
de presença



**101**  
votações  
nominais



**43**  
discursos



**12**  
sessões  
deliberativas



## Principais votações

**PL 2.162/2023** Dosimetria (atos de 8 de janeiro) - Alterou critérios de cálculo das penas dos condenados pelos atos de 8 de janeiro. Votou a favor.

**PL 5.582/2025** PL Antifacção - Texto base. Fortaleceu instrumentos de combate ao crime organizado e às facções. Votou a favor.

**PL 1.646/2019** Devedor Contumaz. Estabeleceu mecanismos mais rígidos contra empresas que utilizam inadimplência tributária reiterada como modelo de negócio. Votou a favor.

**PLP 108/2024** Regulamentação da reforma tributária (A Câmara aprovou o texto-base com regras de gestão e fiscalização do IBS/CBS e temas correlatos (2º projeto de regulamentação). Votou a favor.



## Participação em Comissões

**PL 2614/2024** Novo Plano Nacional de Educação votado em comissão especial. Dep teve relevante atuação, apresentando e articulando emendas de aprimoramento ao texto. Votou favorável.

**PL 1385/2025** Cria a Política Nacional de Educação Empreendedora e Inovadora e insere o empreendedorismo como tema transversal nos currículos da educação básica. Votou a favor.

**PL 374/2023** Cria um portal na internet para divulgar informações sobre todos os programas de residência médica do país. Votou a favor.



## Requerimentos de Informação

**Itaipu (RIC 7582/2025)** O requerimento pede esclarecimentos ao Ministério das Relações Exteriores sobre a atuação do Itamaraty nas decisões do Conselho da Itaipu Binacional entre 2022 e 2024. O foco é entender por que foram aprovadas tarifas CUSE com custos extraordinários não previstos e quais fundamentos técnicos e institucionais embasaram essas deliberações. Também questiona a regularidade do processo decisório, especialmente quanto à ausência de submissão legislativa de atos relacionados, buscando transparência, rastreabilidade e responsabilidades.

**INSS – consignado (RIC 8039/2025, 8038/2025, 8037/2025 e 8036/2025)**

O conjunto de RICs trata da prevenção, regulação e controle de fraudes e

irregularidades em empréstimos consignados vinculados a benefícios do INSS, com recorte específico para contratos realizados em nome de menores de idade e pessoas civilmente incapazes. Eles cobram, de Fazenda e Previdência, como funciona a supervisão e a gestão desses contratos, e, de Justiça e CGU, quais ações concretas foram adotadas para investigar, coibir e auditar práticas potencialmente abusivas. Em síntese, buscam identificar falhas de governança, lacunas de controle, responsabilização e medidas de mitigação para proteger beneficiários e o erário.

**Banco Master (RIC 8053/2025, 8052/2025, 8051/2025 e 8050/2025)** Esses RICs miram a atuação do governo federal diante do caso Banco Master, investigando a exposição de órgãos e entidades públicas a títulos do banco, e os potenciais efeitos fiscais e patrimoniais associados. O bloco endereçado a Fazenda e Previdência quer dimensionar riscos envolvendo, por exemplo, a atuação do Banco Central e do FGC, além da exposição de RPPS a letras financeiras e outros títulos, e quais salvaguardas e medidas de mitigação foram implementadas. Já os pedidos a CGU e Justiça buscam mapear auditorias, recomendações, eventuais conflitos de interesse e o andamento de investigações e cooperação da Polícia Federal, inclusive no tratamento de dados sigilosos em casos com impacto sobre recursos públicos.



## Sessão Solene

Em 19/11/2025, às 9h, ocorreu no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados a Sessão Solene em Homenagem ao Dia Mundial do Empreendedorismo Feminino, requerida pelas Deputadas Adriana Ventura (NOVO/SP) e Laura Carneiro.

A sessão foi um momento especial de reconhecimento ao protagonismo das mulheres que, com coragem, inovação e liderança, transformam o empreendedorismo em instrumento de impacto social, geração de empregos e desenvolvimento econômico no Brasil. O evento reuniu homenageadas de diferentes setores que se destacam por suas trajetórias inspiradoras e pela contribuição concreta ao fortalecimento da livre iniciativa e da autonomia feminina.



## Proposições Legislativas

**PDL 1012/2025** Susta os incisos III e IV do art. 76-A da Resolução nº 521, de 2025, do Banco Central do Brasil (BCB), que incluiu no mercado de câmbio a prestação de serviços de ativos virtuais que compreendam a transferência de ativo virtual de ou para carteira autocustodiada que não envolva pagamento ou transferência internacional com ativos virtuais; e a compra, a venda ou a troca de ativos virtuais referenciados em moeda fiduciária.

**PDL 1022/2025** Susta a Portaria nº 631, de 5 de novembro de 2025, do Ministério das Relações Exteriores, que “regulamentou” os procedimentos relativos ao acesso e ao tratamento de documentos e informações.



**PL 5721/2025** Altera a Lei nº 13.260, 16 de março de 2016, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1994 (Lei de Execução Penal) e Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para reprimir a prática de crimes por facções criminosas e milícias privadas em território nacional, estabelece rol de facções criminosas como organizações terroristas e dá outras providências.

**PL 5764/2025** Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para assegurar a transparência ativa de gastos públicos e coibir a classificação indevida ou imoral de despesas sob alegação de sigilo.



4

projetos  
de lei



3

Questões  
de ordem



26

Requerimentos  
de Informação



## Entrevistas

**CNN Brasil (23/12/2025)** Deputada explica o andamento dos trabalhos na CPMI do INSS | BASTIDORES CNN

[Veja a matéria](#)

**Estadão (06/11/2025)** Emendas de comissão seguem sem transparência e consolidam poder no comando da Câmara

[Leia a notícia](#)

**Jovem Pan News (01/01/2026)** “Congresso está desconectado da população”, diz Adriana Ventura | VISÃO CRÍTICA

[Confira na íntegra](#)

**Metrópoles (18/11/2025)** Irmão de juiz do STM recebeu R\$ 731 mil de entidade da Farra do INSS

[Leia mais](#)



**Poder360 (17/12/2025)** Deputada propõe PEC que cria código de conduta ao STF; leia a proposta

[Notícia completa](#)

**Folha de S. Paulo (03/11/2025)** Câmara autoriza governo Lula a gastar até R\$ 5 bilhões por ano com defesa fora da meta

[Continuar lendo](#)

**O Tempo (31/01/2026)** Na volta do Congresso, oposição mira STF e articula PEC de conduta

[Veja a matéria](#)

## Economia de Mandato

**R\$ 5.827.624,41**

(verba de gabinete não utilizada)

**R\$ 1.359.949,18**

(auxílio-alimentação não utilizado)

**R\$ 2.900.359,82**

(cota parlamentar não utilizada)

**R\$ 72.993,32**

(auxílio-mudança não utilizado)

**R\$ 361.505,00**

(auxílio-moradia não utilizado)

**R\$ 371.654,72**

(13º salário não utilizado)

**R\$ 124.532,10**

( $\frac{1}{3}$  proporcional de férias não utilizado)

**R\$ 1.258.184,11**

(INSS patronal não utilizado)

**R\$ 12.276.793,66**

59,29% de economia

NOVO

## Verba de Gabinete



Valor economizado em **85** meses

**R\$ 5.827.624,41**

A verba de gabinete é o valor destinado à contratação de assessores. Cada Deputado pode usar até **R\$133.170,54** por mês para contratar até 25 profissionais. Em **30 de janeiro de 2026**, a equipe da Deputada contava com 20 assessores.

[Saiba mais no site da Câmara dos Deputados.](#)

NOVO

## Cota Parlamentar



Valor economizado em **85** meses

**R\$ 2.900.359,82**

A Cota Para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) é um valor destinado para manutenção do escritório, transporte aéreo para Brasília e outras despesas de custeio, com o valor de até **RR\$42.837,33/mês**. Os gastos são reembolsados mediante prestação de contas.

Valor apurado até **30 de janeiro de 2026**.

[Saiba mais no site da Câmara dos Deputados.](#)



**Fale comigo!**



**Me siga!**



**Acompanhe!**

**[adrianaventura.com](http://adrianaventura.com)**

**[falecomigo@adrianaventura.com](mailto:falecomigo@adrianaventura.com)**

**Adriana Ventura**  
deputada federal